

## AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: REFLEXÕES SOBRE SEU PERCURSO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO

Adriana Capuano de Oliveira

Professora Adjunta do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (UFABC). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Migrações Internacionais (MIGREPI) e integrante do Grupo de Estudos sobre Diálogos Interculturais (GEDI) ligado ao IEA/USP

### Introdução

As migrações internacionais são, atualmente, uma das questões mais controversas e complexas que o mundo e os governos vêm enfrentando. Muitos falam de “crise imigratória” ou do “perigo da imigração”, sempre apontando para ideias e interpretações negativas acerca do tema, como se as imigrações hoje fossem um “mal” que deve ser controlado pelos Estados. Ao mesmo tempo, vivemos na era da Globalização, onde mercadorias e bens de capital desfrutam de uma velocidade, e quantidade de circulação jamais vista antes na História da humanidade. De onde surge a questão: se bens e mercadorias podem transcorrer o mundo livremente sem fronteiras, por que não as pessoas?

É sabido desde os tempos bíblicos que a figura do estrangeiro está presente em passagens até mesmo do Antigo Testamento, de antes de Cristo. Ser de outra comunidade, aldeia ou nacionalidade é um fato que provoca sentimentos de distância perante este “outro” diferente e ao mesmo tempo sentimentos de solidariedade e união entre aqueles que se julgam “iguais”. A isso chamamos de relação “identidade-alteridade” que forma o “nós” e os “outros”. Somos brasileiros, e ser brasileiro – sentimento que nos liga em torno de uma unidade de identidade – implica no fato de que não somos chineses, senegaleses ou norte-americanos.

Mas, se esta relação de identidade-alteridade faz parte da natureza humana desde os primórdios da vida em sociedade, por que atualmente causa tanto impacto e desconforto nas relações entre os povos e nações que passam por intensos processos migratórios? É com a intenção de refletirmos um pouco mais sobre estas questões e sobre nosso mundo contemporâneo, e seus processos de deslocamento

humano que o texto que você vai ler a seguir se preocupa. Boa leitura e bons estudos!

### **Finalidades do Texto**

Este texto tem como principais finalidades:

- Desenvolver no estudante de geografia uma percepção crítica de que os conteúdos e conceitos referentes às migrações e aos deslocamentos populacionais possuem conotações e interpretações políticas.
- Traçar um panorama histórico dos movimentos populacionais, de sua importância para a humanidade e desenvolvimento da cultura, e das nações.
- Trazer à reflexão do leitor um contexto diferenciado e de grande importância acerca do debate das relações internacionais contemporâneas, dos movimentos de xenofobia e intolerância que os deslocamentos populacionais, bem como as dificuldades de aceitação da diferença podem ocasionar.
- Colocar em perspectiva o debate sobre os desafios de conviver com as diferentes culturas e o dilema da identidade-alteridade.
- Entender o conceito de migração como algo natural do ser humano.

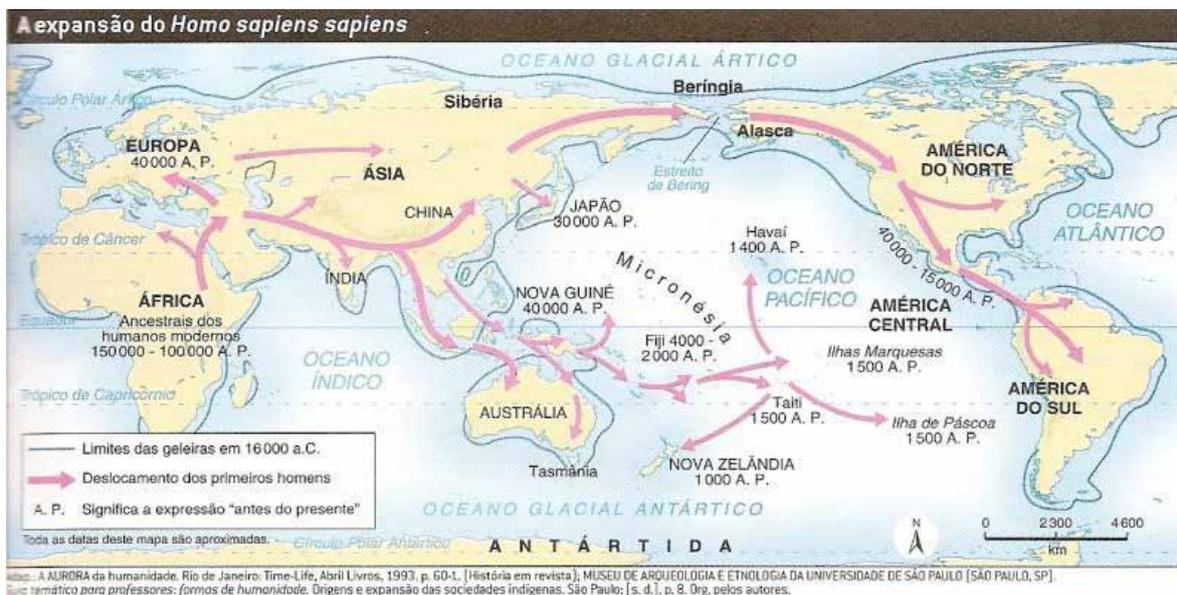
### **O que significa Migrar? O ser humano, um migrante por natureza**

As migrações humanas, no sentido de um deslocamento de grupos humanos de um território a outro, são tão antigas quanto a própria humanidade, pois desde o início dos tempos, o migrar, mudar de terreno em busca de melhores condições de sobrevivência, não só faz parte da condição humana, como inclusive está na base de seu desenvolvimento e evolução. As migrações feitas por nossos ancestrais foram as grandes responsáveis pelo povoamento do planeta e pela própria sobrevivência e aperfeiçoamento da espécie. Não haveria um planeta Terra densamente e amplamente povoado como o que nós temos hoje, se não fossem a coragem e o espírito desbravador destes primeiros homens e mulheres em busca de melhores condições de sobrevivência e adaptação. A presença humana no gelo ártico e no deserto africano só é passível de ser entendida graças a estas

conquistas de novos espaços geográficos, cujas adaptações sócio culturais, em constante comunicação com as mais diferentes condições do meio ambiente, foram pouco a pouco consolidando a amplitude da diversidade humana hoje conhecida. Desta maneira, o migrar, mover-se, mudar em direção de melhores condições de vida e sobrevivência, é uma característica que acompanha o ser humano desde suas primeiras manifestações sociais.

No mapa abaixo, temos uma indicação de como as migrações fazem parte da vida humana desde os primórdios. Embora passível de controvérsia sobre questões ainda hoje não resolvidas, há um consenso na comunidade científica de que a espécie humana se consolida no continente africano, e de lá parte em povoamento para todo o planeta, tal como o mapa abaixo sugere:

Mapa 1 – Mapa da Migração Humana:



**Fonte:** Imagem encontrada no Blog História no Vestibular no conteúdo Pré-História - uma odisséia humana... (<http://historia-no-vestibular.blogspot.com.br/>).

Ao longo de toda história, as migrações figuram como parte integrante dos processos de socialização do homem. Há várias passagens bíblicas que relatam a figura do estrangeiro e suas agruras em comunidades que os rejeitam, assim como o desamparo de mulheres sozinhas, que são comparadas a esta mesma figura do estrangeiro desamparado e sem a capacidade de **pertencimento** aos direitos comunais. As conquistas de Impérios nos mais remotos lugares do planeta estiveram acompanhadas sempre de uma maciça movimentação de pessoas, parte

da dominação política destes Impérios (e do êxito ou não destas dominações) residia justamente no povoamento desses novos territórios conquistados, na imposição de sua cultura e costumes através da **migração de sua população**. A difusão e a associação de diferentes culturas e modos de vida é uma constante ao longo de toda a história humana, e sem isso seria impossível imaginarmos a humanidade como ela é hoje. O que teria sido do Império Romano sem a romanização da Península Ibérica e demais regiões da Europa e mesmo parte do Oriente Médio? E o que dizer da conquista das Américas sem o subsequente povoamento de seus conquistadores europeus? Povoar também é conquistar culturalmente um lugar e o povoamento de novas regiões geográficas se dá por meio de processos migratórios. Assim foi com portugueses, espanhóis e ingleses na dominação dos territórios americanos a partir do século XV. Não foram somente as armas que concretizaram a “conquista” das Américas, mas foi igualmente a presença da população estrangeira à época que, com sua língua, seus hábitos, sua religião, consagraram a conquista que sucedeu o sangue derramado pelas armas.

Os cinco séculos de dominação e colonização ao redor do mundo, por parte dos Impérios da Europa Ocidental a partir das grandes “descobertas” marítimas, destacando-se entre os principais processos os de colonização das Américas, África e do Sudeste Asiático, coincidem com diversos outros fatores que possuem raízes profundamente interligadas. Esse período de dominação e colonização, por sua vez, reflete na contextualização daquilo que vamos chamar de “contradições das políticas migratórias” enfrentadas hoje. Na verdade, muito do que vivemos atualmente relaciona-se, de certa maneira, com estes acontecimentos passados.

### **Por que então as migrações passam a ser internas ou internacionais?**

As noções de “fronteira” e “estrangeiro” precedem de longe os momentos de gênese e consolidação da Era Moderna na Europa Ocidental (BARTH, 1696), porém a noção de Estado-nação tal qual temos referência hoje é algo **historicamente datado** e claramente inserido dentro do contexto europeu de modernidade. A ideia de nação vinculada a um poder central, a um aparelho burocrático convencionalizado como o Estado, estabelecendo fronteiras alicerçadas em condições de soberania e autonomia, consagra-se de fato a partir do pacto de Paz de Westphalia. A chamada “Paz de Westphalia” resulta de um conjunto de tratados diplomáticos em 1648, que

puseram fim à Guerra dos Trinta Anos (1618-48). Por meio deste processo, teve início o sistema laico das relações internacionais, dando origem à estrutura legal e política das relações modernas entre Estados, através do reconhecimento mútuo de uma sociedade fundamentada no princípio da soberania territorial e da não intervenção em assuntos internos dos demais Estados. Assim, assegurou-se a independência dos Estados como detentores de direitos político-jurídicos iguais, cujo respeito deve ser mutuamente aplicado e aceito pelos demais membros. Este modelo passa a reger, a partir de então, as diretrizes do sistema internacional. Compete, desta forma, a cada Estado-nação, conforme princípio da soberania máxima e recíproca que lhe cabe, controlar suas fronteiras territoriais e, de igual forma, a entrada e a saída de população de seu território (ZACHER, 1995).

O próprio termo “**migrações internacionais**” só faz sentido pleno quando refletido sob esta ótica de estados nacionais que se inter-relacionam de forma recíproca como nações. Elas somente são **internacionais** porque existe aquilo que é **nacional**. Os movimentos migratórios humanos que, desde o princípio, fazem parte da natureza da própria espécie, tornam-se internacionais quando cruzam fronteiras estatais e nacionais; e internos ou mais comumente conhecidos como domésticos quando ocorrem dentro dos limites de uma fronteira (sobretudo geográfica) nacional. Quanto mais esta noção de fronteira do Estado-nação foi se consolidando, alicerçada no trinômio povo, território e cultura, maiores foram os cuidados tomados com relação a **quem** poderia atravessar determinada fronteira, dentro da noção da complexa estrutura do Estado moderno e de controle de sua soberania (HABERMAS, 1995). É assim que, às noções milenares, pois desde os primórdios existentes no deslocamento humano, de “estrangeiro”, “diferença” e “pertencimento”, somam-se as noções de “cidadão de tal Estado” e portador da “cidadania X ou Y”, seja ela brasileira ou de qualquer outro Estado-nação que veicule como legítimo no sistema internacional estabelecido desde Westphalia.

De acordo com as políticas internas de cada Estado, especialmente no que concerne aqui à movimentação de sua população, cabe aos seus cidadãos a posse de documentos que atestem seus direitos e que o vinculem a este ou àquele Estado, seja este direito adquirido por sangue ou nascimento. Chama-se de *Jus Sanguinis* a aquisição do direito de pertencimento e cidadania por sangue. Neste caso, a pessoa se vincula ao Estado porque seus pais, avós, bisavós já são ou eram cidadãos daquele estado. Exemplo de países que se utilizam desta forma de concessão de

cidadania: Itália, Alemanha, Japão, Coreia. Já ao direito de cidadania adquirido por nascimento damos o nome de *Jus Solis* – a pessoa se vincula ao Estado por ter nascido no território pertencente àquele Estado. Exemplo de países que se utilizam desta forma de concessão de cidadania: Estados Unidos, Brasil, Canadá, México. Nas palavras de uma estudiosa da questão, temos uma síntese do que rege o direito internacional e a liberdade de ir e vir das pessoas: quem nos dá esta liberdade e direito, em termos de legalidade, são os Estados relacionados ao processo de migrar (neste caso, em especial, o Estado de **destino** do migrante que é, em última instância, quem vai permitir ou não o acesso legal daquela pessoa àquele Estado e ao seu respectivo território).

[...] em última instância, não existe nenhuma organização superior ao Estado neste aspecto específico que possa obrigá-lo a aceitar quem quer que seja em seu território. A autonomia do Estado no campo das migrações é uma das principais características do direito internacional tradicional. Dentro desse paradigma, o indivíduo é um não-sujeito, isto é, não existe. Internacionalmente, são **os Estados que se relacionam entre si**, ou seja, não há uma relação entre indivíduos de uma determinada nacionalidade e Estados de outra. (REIS, 2004, p.150 – grifos meus).

Nesta perspectiva, com a consagração deste modelo de Estado ao redor do mundo, as políticas migratórias foram se consolidando de maneira cada vez mais estruturada no binômio “nós” e “eles”. Essas políticas, a partir de então, foram forjadas não mais sobre critérios de pertencimento a famílias e clãs, ou povos santos e escolhidos, mas sobre critérios de constituição dos Estados-nação modernos. (ANDERSON, 1989; HOBBSBAWN; RANGER, 2002). Desta forma, defrontam-se, hoje em dia, na composição de nosso sistema internacional cidadãos deste ou daquele Estado, ou seja: brasileiros, bolivianos, uruguaios, chineses, japoneses, alemães, moçambicanos, sul africanos, italianos, belgas, irlandeses, mexicanos, canadenses, marroquinos, argelinos, e assim sucessivamente, ao redor do mundo. Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), existem atualmente 192 países no globo<sup>1</sup> e são os Estados de cada um destes países que regulamenta o direito de

---

<sup>1</sup> Os dados da ONU (Organização das Nações Unidas) indicam 192 países, porém existem controvérsias nessa listagem. A ONU não contabiliza possessões e territórios. Territórios, como Aruba e Ilhas Cayman, não são reconhecidos pela ONU porque pertencem, respectivamente, à Holanda e à Inglaterra. Além disso, a ONU não reconhece como países Taiwan, cuja independência não é reconhecida pela China e o Vaticano, que, apesar de ficar de fora do cadastro da ONU, é "observador permanente" da entidade, *status* que dá direito a voto nas

ir e vir de cada um de nós. Internamente, dentro de cada um destes Estados, seus respectivos cidadãos podem migrar livremente, e estes movimentos são caracterizados como “migrações internas”, a exemplo do êxodo rural – migração do campo para as cidades – ou a exemplo da migração Nordeste-sudeste, que tem grande representatividade no caso do Estado brasileiro.

### **As grandes migrações da virada do século**

Para nós, que vivemos nas Américas, a virada do século XIX para o XX trouxe consigo um influxo de imigrantes distinto das entradas de portugueses, espanhóis e ingleses em tempos coloniais. Este período, a partir da metade do século XIX, caracterizou-se por padrões migratórios bastante específicos.

Se, de uma forma geral, o século XIX trouxe a independência de diversas colônias e a formação de novos países autônomos no sistema internacional; para a Europa, este mesmo período significou profundas mudanças, especialmente, no mundo do trabalho. Fruto das transformações proporcionadas pela chamada Dupla Revolução (Revolução Francesa e, sobretudo, a Revolução Industrial), as outrora metrópoles, como Inglaterra, França, Holanda e mesmo Portugal e Espanha, com os demais países da Europa Ocidental, passavam por um profundo processo de remodelação das relações de trabalho, que culminou em intensa urbanização e industrialização. Esse processo alterou profundamente os modos de viver daquelas nações e expulsou dezenas de milhares de pessoas do campo para as cidades, as quais inchavam em ritmo acelerado e sem capacidade de absorção de todo este contingente populacional. Paralelamente a isso, processos de unificação de países, como a Alemanha e Itália, também tiveram grande repercussão no deslocamento de suas populações. Interessante notar que ambos os acontecimentos estão vinculados à formação dos Estados-nação em sua forma moderna, tal qual refletido no item anterior.

As inovações científicas que revolucionaram as formas de saneamento e saúde em décadas anteriores também tiveram demasiada importância no aumento demográfico do Ocidente europeu. A combinação destes diversos fatores, lado a

lado com a formação de “novos países” em territórios recém-descolonizados, sedimentaram novos padrões de migração. Já na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento tecnológico nos meios de transporte – maior velocidade e menor custo do transporte marítimo a vapor e a malha ferroviária, símbolo da Revolução Industrial, recortando a geografia mundial – e de comunicação (telégrafo) também desempenharam seu papel na intensificação e potencialização dos fluxos migratórios do período em questão. Todos estes fatores associados tiveram sua importância na contextualização de deslocamentos em massa, o que vem atestar a veracidade da compreensão das migrações como “processos sociais totais”, tal qual afirma Abdelmaleck Sayad, um estudioso do tema (SAYAD, 1998). Países como Brasil, Estados Unidos, Argentina, Canadá, Austrália e Nova Zelândia foram os grandes receptores desta população europeia que se via sendo expulsa de seu território de origem como um excedente dos desdobramentos de todas estas transformações. Tratava-se de um excedente da expansão do capitalismo que, à época, tinha como “espaço de acomodação” os territórios de diversas ex-colônias.

É assim que, pouco a pouco, o mapa do mundo foi sendo desenhado na virada do século XIX para o XX, de acordo com seus movimentos de migração de população em escala jamais vivida.

**Mapa 2** – Mapa dos fluxos migratórios na virada do século XIX – XX



**Fonte:** Mapa encontrado no blog O Cantinho do Zé (<http://lalage.wordpress.com/category/historia/>) cuja fonte é CARDOSO, Fernando; ROTHES, Luís Areal; GONÇALVES, António Marinho. **O Mundo da História 8**. Porto: Areal Editores, 1991. p. 242. (8.º ano).

Formava-se, assim, o desenho de um novo mundo, fruto das grandes migrações do período e que vinha, mais uma vez, consolidar a hegemonia europeia ao redor do globo.

### **E o Brasil nisso tudo?**

Dentre os acontecimentos históricos do século XIX, o processo de libertação e independência das colônias europeias implicaria na formação e reconhecimento (mais uma vez, dentro do sistema westphaliano) de novos Estados-nacionais na geografia terrestre. Estes, por sua vez, encontravam-se diante do desafio de constituição de suas normas e políticas independentes das determinações metropolitanas, contudo, a adoção de seus modelos e aparatos jurídicos estava muito próxima às de suas referências culturais, ou seja, a matriz europeia. Tomemos

como ponto de reflexão para este tópico, o caso do Brasil pós independência<sup>2</sup>, no que concerne às suas políticas de fronteiras:

Logo após a Independência, o Brasil passa a planejar e efetivamente implementar **projetos de colonização e povoamento** de áreas consideradas “despovoadas” no intuito de atrair população de origem europeia para o desenvolvimento e progresso da jovem nação. A primeira tentativa de colonização deste tipo no Brasil foi implementada ainda no final do período colonial por Dom João VI, três anos antes da independência brasileira, em 1819<sup>3</sup>, com o objetivo de transferência de mão de obra livre em um país plenamente escravocrata, e branca (europeia) em um país majoritariamente negro e mestiço. A transferência (migração) de suíços em direção ao estado do Rio de Janeiro resultou na inauguração da cidade de Nova Friburgo na serra fluminense, espaço destinado então pelo ainda Rei para a primeira tentativa de desenvolvimento e progresso do trabalho livre no Brasil. “Sobraram 1631 suíços para inaugurar a cidade [Nova Friburgo] no verão de 1820, com uma concentração de ofícios nunca dantes recenseados no país – 180 agricultores e 183 artesãos.” (CORREA, 1996, p.68). Tendo esta primeira tentativa tornado-se um projeto cuja falência foi atribuída às condições climáticas dos trópicos, insuportavelmente quente para as populações da Europa, as subseqüentes investidas neste tipo de modelo de desenvolvimento – a importação de mão de obra europeia livre e branca – passaram a concentrar-se em zonas mais ao sul do país. A colonização dos três estados do sul do Brasil é largamente baseada neste tipo de modelo “imigrantista”, onde não só ocorria a **permissão** para a entrada no recém-formado território nacional, como inclusive o próprio convite para tais entradas, pautado no modelo de desenvolvimento e progresso associado a essas populações da Europa Ocidental.

Ocorrida a Abolição da Escravatura, em 1888, com a subseqüente Proclamação da República em 1889, os projetos de convite à imigração de populações europeias, assistidas pelo próprio Estado expandem-se. Esses projetos já haviam se alargado de maneira significativa ao longo de todo este período intermediário do século XIX (entre a Independência e a República), principalmente entre os estados do sul do país e o estado de São Paulo, principal polo produtor de

---

<sup>2</sup> Analisaremos aqui neste texto o caso brasileiro, mas este modelo influenciou, salvaguardadas as devidas proporções, grande parte das colônias recém-libertas.

<sup>3</sup> A independência do Brasil deu-se em 7 de setembro de 1822.

café à época, cerne da economia nacional naquele período. Estima-se que, na virada do século XIX-XX, entre os anos de 1820 a 1929, 44.410.741 imigrantes registrados passaram pelos portos brasileiros, a grande maioria deles a convite do próprio Estado e dos produtores de café (YOSHIOKA, 1995, p.80).

Com relação às políticas migratórias do Brasil em sua primeira fase enquanto Estado nacional o que temos então? A entrada de população estrangeira, desde que branca e europeia, é praticamente livre no que concerne às restrições legislativas, sendo que, com a expansão deste modelo desenvolvimentista, até mesmo a população asiática (no caso aqui, japonesa)<sup>4</sup> acaba sendo aceita, com sua entrada permitida em um momento de grave escassez de mão de obra imigrante no estado de São Paulo, em especial a italiana. As restrições jurídicas do período eram bastante claras e ficaram evidentes nos diversos decretos que se implementavam, como no exemplo a seguir:

Um dos primeiros atos legais da jovem República, datado de 1990 (ano seguinte de sua proclamação), consiste na regulamentação do Serviço de Introdução e Localização de Imigrantes, onde lê-se o seguinte decreto: "Artigo 1º - É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, **excetuados dos indígenas da Ásia ou da África**, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem estipuladas. (Decreto n. 528 de 28/06/1990 - citado em VAINER, 1995, p. 43 - grifos meus).

Não havia, portanto, pudor algum por parte dos controles do Estado, na restrição e mesmo impedimento da entrada de população negra ou asiática naquele período. A própria lei assegurava legitimidade ao Estado em suas políticas de controle de população. As entradas de imigrantes não geravam "problemas sociais", tais quais os colocados hoje, pois a restrição era bastante clara e o Estado fazia valer a sua vontade.

A tabela abaixo indica com clareza esta aceitação de população europeia e a resistência a outros grupos (imigração japonesa figura na tabela somente a partir de 1908, quase um século depois da alemã).

---

<sup>4</sup> Depois de intensas e calorosas discussões a respeito da condição racial dos asiáticos, onde se indagava o grau de evolução racial dos mesmos, o governo brasileiro aceita a entrada de japoneses a partir de 1908, pressionado enormemente pelos cafeicultores paulistas que necessitavam de mão de obra contínua.

**Quadro 1** – Entrada de Imigrantes no Brasil (1820-1929)

País/Ano	Portugal	Itália	Alemanha	Espanha	Japão	Outros	Total
1820-29	---	---	1.984	---	---	7.112	9.096
1830-39	261	180	207	---	---	2.021	2.669
1840-49	491	5	2.139	10	---	2.347	4.992
1850-59	63.272	24	15.806	181	---	28.843	108.126
1860-69	53.618	4.916	16.514	633	---	34.398	110.079
1870-79	67.609	47.100	14.627	3.940	---	60.609	193.885
1880-89	104.491	276.724	19.201	29.066	---	23.997	453.079
1890-99	215.254	670.508	17.034	164.193	---	115.929	1.183.018
1900-09	195.586	221.394	13.848	121.604	861	82.145	635.438
1910-19	318.481	137.868	61.902	181.696	27.732	136.374	863.714
1920-29	301.913	106.835	75.801	81.931	58.284	221.881	846.645
Total	1.321.076	1.465.554	239.063	583.254	86.577	715.656	44.410.741

**Fonte:** Morador Internacional: Migração (YOSHIOKA, 1995, p. 80).

E quanto à questão dos direitos humanos? Como é possível um país escrever em sua legislação que veta a entrada de “indígenas da África e da Ásia”?

Sendo este período anterior às Grandes Guerras, de modo especial, à Segunda Guerra Mundial que, ao seu término, proporciona a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, o tipo de autonomia referente às políticas domésticas de segurança interna, incluindo-se aí o controle de sua população e fronteiras, regulava-se em bases conceituais significativamente diversas das que sucedem este momento. Alicerçada pelo estabelecimento da Organização das Nações Unidas (ONU), fundada oficialmente em 1945 (data da promulgação da Carta das Nações Unidas), a Declaração Universal dos Direitos Humanos enaltece essencialmente a dignidade da pessoa humana e a igualdade entre todos, considerados como pertencentes à mesma “família humana”. Desse modo, constringia-se, a partir de então, os países signatários dessa Declaração, obedecendo à ordem internacional do sistema westphaliano, a assumirem, assim, o compromisso de garantir tal dignidade e igualdade. Lê-se em seu preâmbulo que a dignidade é “[...] inerente a **todos os membros da família humana** e de seus **direitos iguais e inalienáveis** é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo [...]” (FRANÇA, 1948). Entre os artigos da referida declaração que interagem

de maneira mais direta com a condição migratória das pessoas, entendidas na modernidade como cidadãos deste ou daquele país, temos, em especial:

**Artigo XIII**

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.
2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

**Artigo XIV**

1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

**Artigo XV**

1. Todo homem tem direito a uma nacionalidade.
2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Mas isso só acontece depois de 1945.

Este novo contexto agora colocado inaugura de forma profundamente distinta toda a análise que passa a ser feita a partir de então no que se refere às migrações internacionais. Tal contexto pós 1945 e os desdobramentos político-sociais que configuram a segunda metade do século XX, em especial as duas últimas décadas do mesmo, passam a estabelecer, pouco a pouco, uma dinâmica completamente diversa, com relação às migrações internacionais, daquela que dominou o início do século.

**Mudanças do século XX**

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a re-estabilização da Europa de um lado, juntamente com a contínua expansão da hegemonia norte-americana de outro (ambos processos amparados por uma política de bem-estar social em consolidação), fizeram com que estes dois grandes territórios passassem a figurar como polos atrativos de população. Em outras regiões do planeta, contudo, indivíduos eram estimulados a abandonar sua terra natal em virtude de guerras (guerras civis, final de colonização, especialmente em países africanos e no sudeste asiático) e crises econômicas cada vez mais sérias (em destaque, as sucessivas

crises dos países Latino-americanos das décadas de 1980 e 1990, mas não só). Não por acaso, a partir de então, as grandes correntes migratórias internacionais passam a ser representadas cada vez mais por populações, quase na sua totalidade, originárias dos países e localidades que acabaram sendo designados como “países de Terceiro Mundo”. Esses países ficaram também conhecidos como subdesenvolvidos (muitos deles ex-colônias) ou, se considerarmos um contexto mais recente e neutro de posicionamentos político-ideológicos, como países em desenvolvimento. Este quadro da dinâmica populacional mundial quanto aos fluxos migratórios, de saída de população de **países em desenvolvimento** para países **desenvolvidos** (ou chamados também de Primeiro Mundo), foi consolidando-se ao longo do período da Guerra Fria e intensificou-se ainda mais com a derrocada da ex-União Soviética.

As duas últimas décadas do século XX presenciaram uma mudança significativa no sistema internacional que dominou a maior parte deste período histórico, a saber, a divisão entre blocos ideológicos e políticos de poder, Ocidente e Oriente, economias capitalistas e de Estado, governos totalitários e liberais. A começar pela queda do Muro de Berlim em 1989 e a posterior supressão da União Soviética, as condições de bipolaridade, que regiam a política internacional presente durante toda a Guerra Fria, deram lugar a um intensivo processo de globalização. Este, embora não fosse de todo inédito, pôde alcançar níveis de fortalecimento nunca antes atingidos e mesmo bloqueados pela situação de bipolaridade alcançada durante os anos precedentes. Livre de tais freios, o sistema internacional, finalmente, acelera as interligações além fronteiras nacionais, de forma mais significativa nos campos econômico e tecnológico. Relacionados a estes impactos de re-estruturação do cenário internacional, os fluxos migratórios, que circulam pelo globo e se intensificam com maior amplitude no decorrer do final do século XX, passam a ser postulados, cada vez mais, como **problemas sociais** e mesmo ameaça à segurança e integridade dos países destinatários de tais correntes.

A questão tecnológica mais uma vez figura como de central importância no desencadeamento da intensidade destes fluxos. Se na virada do XIX-XX, a interferência das tecnologias – especialmente de transportes e comunicação – impactou sobremaneira nos deslocamentos de população, por meio do encurtamento das distâncias territoriais que permitiu o aumento na circulação e deslocamento humanos; a partir do último quartel do século XX, revoluções

tecnológicas dariam fôlego novo às condições imigratórias dos povos. Desta vez, a popularização do transporte aéreo e as tecnologias de informação, e de comunicação (conhecidas como TIC), que possibilitaram contatos instantâneos, por meio de internet, e-mail, SMS, MSN, Orkut, Facebook, redes sociais em geral, telefonia móvel com *roaming* internacional etc., tornaram os meios e modos de migrar dotados de um novo potencial. Estar lá e sentir-se aqui vêm tornando-se cada vez mais factível e real, o que encoraja, por vezes, a decisão de partir. Os modelos de reestruturação do trabalho, chamados de 'pós-fordistas' ou de 'acumulação flexível' (HARVEY, 1992), desenvolvem igualmente papel de imensa relevância nas rotas internacionais de imigração hoje.

Por fim, um mesmo padrão cultural impelido a todos como modelo de prosperidade e felicidade (ORTIZ, 1996; CHESNEAUX, 1995) coroa esta efervescência de povos em busca da tão esperada e prometida entrada no mundo do bem-estar social e do consumo. Todos os caminhos indicam que **migrar** pode ser a solução e, de fato, as pessoas se movimentam atrás de tais objetivos. Esta intensificação dos fluxos migratórios, entretanto, vem causando grandes contradições acerca de políticas de segurança e manutenção dos padrões culturais, lado a lado com os conflitos relacionados às condições de direitos humanos. Mas, por que exatamente?

### Quem são os migrantes hoje?

Como visto, as migrações humanas passam a ser **internacionais** de acordo com um período historicamente datado da humanidade. Este fato ocorre em meio à hegemonia, expansão e dominação das nações europeias que vão se constituindo a partir de então, como Estados-nação soberanos e autônomos. Os grandes fluxos de deslocamento de população neste período dirigem-se dos países europeus em direção às suas colônias, ou seja, caracterizam a "exportação" de população de um entendido "território matriz" para um território "adjunto", além mar, mais ainda pertencente à metrópole situada na Europa, e cuja população nativa é considerada, na melhor das hipóteses, como incivilizada. Não há, portanto, dentro deste contexto, a caracterização das migrações internacionais enquanto um problema social, uma vez que as colônias necessitam ser povoadas para a garantia do domínio político. Por sua vez, o excedente de população das metrópoles ou mesmo a população

indesejada das mesmas, como o caso da colônia penal da Austrália ou da fuga religiosa dos indesejados na Europa, encontra muitas vezes, no seu possível remanejamento em terras coloniais, a solução de alguns problemas sociais e não o agravamento deles. O período da expansão colonial, portanto, envolve a relação das migrações internacionais em situação absolutamente diversa das que iriam ser postuladas mais tarde.

É sobretudo no final do século XX, em especial a partir do assolapamento econômico provocado pela crise do petróleo em 1973, que os fluxos de deslocamento de população através do globo passam a ser caracterizados cada vez mais como um problema. Para Sayad (1998, p. 56-57):

[...] a imigração acabou, sob a influência de diversos fatores, por se constituir como 'problema social' antes de se tornar objeto da sociologia. Mais do que qualquer outro objeto social, não existe outro discurso sobre o imigrante e a imigração que não seja um discurso imposto; mais do que isso, é até mesmo toda a problemática da ciência social da imigração que é uma problemática imposta. E uma das formas dessa imposição é perceber o imigrante, defini-lo, pensá-lo ou, mais simplesmente, sempre falar dele como de um **problema social**. Essa relação entre um grupo social e uma série de problemas sociais (os imigrantes e o emprego ou os imigrantes e o desemprego, os imigrantes e a habitação, os imigrantes e a formação, os imigrantes ou os filhos de imigrantes e a escola, os imigrantes e o direito de voto, os imigrantes e sua integração, os imigrantes e a volta para sua terra e, para coroar, os imigrantes e a velhice, ou os velhos imigrantes!, etc.) constitui o índice mais claro de que a problemática da pesquisa, tal como é encomendada e tal como é conduzida, encontra-se em conformidade e em continuidade direta com a **percepção social** que se tem da imigração e do imigrante.

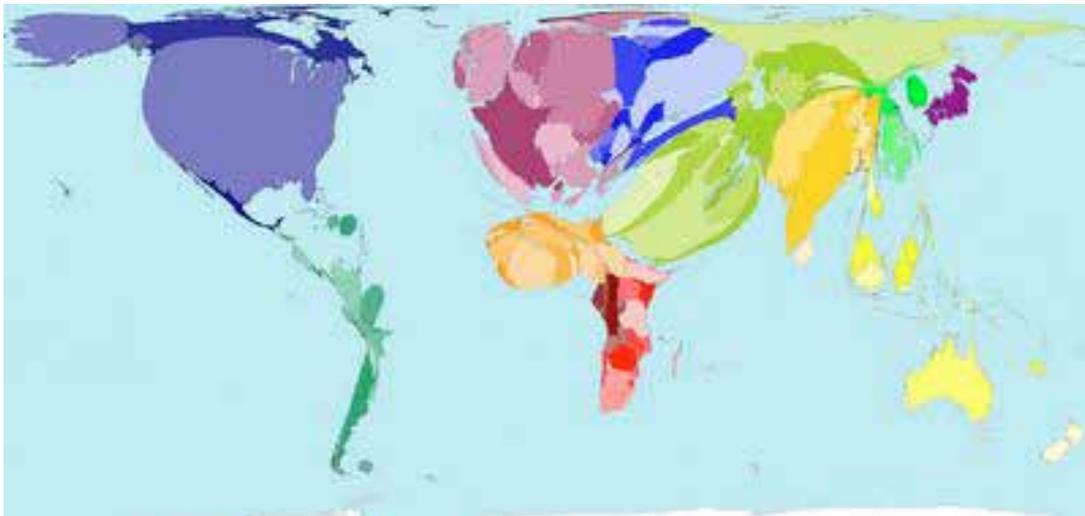
Ainda que os fluxos migratórios de países periféricos em direção aos desenvolvidos tenham sido entendidos como vantajosos, sobretudo durante a reconstituição da Europa após a Segunda Guerra e mesmo perante a necessidade de mão de obra barata em certos momentos de expansão da economia norte-americana, como no caso dos programas de convite de estrangeiros para a ocupação de certos postos de trabalho no período do pós guerra, como o *Bracero Program* nos Estados Unidos e os programas de *working guests* na Europa<sup>5</sup> – a

<sup>5</sup> Estes programas de convite de trabalhadores estrangeiros possuíam, contudo, uma temporalidade implícita no contrato, regra geral feita somente com a população masculina dos locais de origem, o que já denota uma intenção de permanência breve, somente nos momentos de necessidade. Essa postura é muito diferente da adotada no período das grandes migrações para as Américas

imigração de populações vindas de países subdesenvolvidos ou, em palavras do século XIX, **não branca e europeia**, passa a causar cada vez mais mal estar, na medida em que o volume e a temporalidade dessas migrações crescem. As perspectivas de uma migração temporária dessas populações se desfazem pouco a pouco, endossadas cada vez mais pelas consecutivas crises financeiras que se avolumam nos países de origem da mão de obra, ou seja, nos países subdesenvolvidos, periféricos, ex-colônias, não brancos. Outro fator que endossa o desejo de evasão dos indivíduos de países em desenvolvimento é a formação de redes sociais cada vez mais extensas, complexas e em contato com políticas de bem-estar social dos países receptores desenvolvidos. Essas políticas proporcionam a esses sujeitos de países desprivilegiados deste bem-estar novas interpretações acerca de seus direitos e deveres.

O mapa abaixo mostra o mundo como sendo feito de borracha, inflando ou murchando de acordo com o fluxo de imigração recebida, e nos dá uma noção de como os fluxos migratórios se encontram hoje:

**Mapa 3** – Mapa-Imigração (3% da população do mundo em 2000 nasceu em um território diferente de onde vive agora: 174 milhões de pessoas moveram-se para um novo território. Os Estados Unidos receberam o maior número de imigrantes internacionais)



**Fonte:** Imagem encontrada no Blog História em Projetos (<http://historiaemprojetos.blogspot.com.br/2008/07/representaes-cartogrficas-diferentes.html>) sendo a fonte original da imagem encontrada em ([http://2.bp.blogspot.com/\\_q7gAJm5rgEs/SHDdm0SEBWI/AAAAAAAAAs0/BFjVaTRL29A/s1600/imigra%C3%A7%C3%A3o.png](http://2.bp.blogspot.com/_q7gAJm5rgEs/SHDdm0SEBWI/AAAAAAAAAs0/BFjVaTRL29A/s1600/imigra%C3%A7%C3%A3o.png)).

Podemos ver claramente que os países mais “inchados” são os Estados Unidos, França, Alemanha, Inglaterra. Os fluxos migratórios que ocorrem entre África, Oriente Médio e Ásia possuem representatividade graças aos grandes fluxos de refugiados de guerras e à intensa densidade demográfica de alguns deles. São padrões migratórios que não se encaixam necessariamente nas reflexões deste texto que aborda apenas algumas questões deste vasto mundo. Não são menos importantes, contudo, por envolverem questões que ultrapassam os limites deste texto, deixaram de ser aqui contemplados.

### **Atividades a serem desenvolvidas com os alunos**

- Reflita sobre o percurso histórico de sua própria família. Seus pais nasceram no local onde residem hoje? Seus avós, bisavós nasceram em São Paulo ou em algum outro estado do Brasil, ou em outro país? Quais grupos que formam a sua ascendência? Não se esqueça de que os negros brasileiros também têm uma história de imigração.
- Produza um texto sobre a origem de sua família e seu(s) percurso(s) migratório.
- Você conhece alguém hoje que vive fora do Brasil? Se respondeu afirmativamente à questão, então, explique: Quem? É seu parente, amigo de bairro, de escola? Você sabe dizer por que esta pessoa decidiu deixar o Brasil?
- Faça uma pesquisa com pessoas de seu bairro ou prédio acerca da origem de suas famílias e se conhecem alguém que vive fora do Brasil. Após estes questionamentos, construa uma tabela de imigração do passado (os ascendentes) e do presente (se conhecem alguém do Brasil que vive fora), relacionando os países citados. Por fim, analise os dados colhidos e compare com a leitura deste texto. O que você acha de todos estes movimentos e acontecimentos?
- Crie um debate entre seus colegas de sala de aula sobre as seguintes questões:

1) Você acha certo que, atualmente, as mercadorias e o dinheiro possam circular amplamente dentro dos padrões de globalização em que vivemos e as pessoas não?

2) Em contrapartida, você acha certo alguns países, como os Estados Unidos e outros da Europa, receberem e integrarem toda a população que neles deseja residir? Como fica a condição das pessoas que já vivem nestes países se muitos outros quiserem viver lá?

Organize para fins de debate dois grupos de opiniões diferentes, cada um deve defender uma das questões acima.

### Referências

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Editora Ática 1989.

BARTH, Fredrick (Org.). **Grupos Étnicos e suas Fronteiras**. Bergen Oslo: Universitetsforlaget, 1996. (Tradução do original: Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Cultural Difference)

FRANÇA. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 10 de dezembro de 1948. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acesso em: 26 jun. 2012.

CHESNEAUX, Jean. **Modernidade Mundo**. São Paulo: Editora Vozes, 1995.

HABERMAS, Jürgen. "O Estado-Nação europeu frente aos desafios da globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania". **Novos Estudos/CEBRAP**, São Paulo, v. 43, p. 87-101, 1995.

HARVEY, David. **A Condição Pós Moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

HOSBBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

REIS, Rossana R. "Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais" **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, jun. 2004.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

VAINER, Carlos B. "Estado e imigração internacional: da imigração à emigração" In: **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo** - Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil. São Paulo: FNUAP, 1995. v. 1.

CORRÊA, Marcos Sá. A Suíça que se perdeu no Brasil. **VEJA**, São Paulo, n. 45, ano 29, p. 68-73, 1996.

YOSHIOKA, Reimei. **Por que migramos do e para o Japão** - Os exemplos dos bairros das Alianças e dos atuais dekasseguis. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1995.

ZACHER, Mark. Os Pilares em ruína do templo de Vestfália: implicações para a governança e a ordem internacional In: ROSENAU, James; CZEMPIEL, Otto. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.